

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.760.054 - CE (2018/0205909-1)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **RAIMUNDO GUILHERME DA SILVEIRA**
RECORRENTE : **DALVA MORAES DA SILVEIRA**
RECORRENTE : **MARIA DE LOURDES DA SILVEIRA QUINDERÉ**
RECORRENTE : **MARIA HELENA DA SILVEIRA BRANDAO**
RECORRENTE : **JAIME DE PINHO NETO BRANDAO**
RECORRENTE : **MARIO GUILHERME DA SILVEIRA**
RECORRENTE : **VERA LUCIA GALVAO DA SILVEIRA**
RECORRENTE : **SANDRA MARIA SILVEIRA DE VASCONCELOS**
RECORRENTE : **JORGE LUIZ SELVEIRA**
RECORRENTE : **GILBERTO SILVEIRA DE VASCONCELOS**
RECORRENTE : **GERMANO SILVEIRA DE VASCONCELOS**
RECORRENTE : **MARIO SERGIO SILVEIRA DE VASCONCELOS**
ADVOGADOS : **HEBER QUINDERE JUNIOR E OUTRO(S) - CE004328**
: **EDILENE PEREIRA GOMES - CE022878**
RECORRIDO : **CONSTRUTORA BAQUIT LTDA**
ADVOGADO : **LILIAN LUSITANO CYSNE E OUTRO(S) - CE006459**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. DEFICIENTE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
2. A deficiente fundamentação do recurso especial obsta o seu conhecimento.
3. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado quando suficiente para a manutenção de suas conclusões impede a apreciação do recurso especial.
4. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por RAIMUNDO GUILHERME DA SILVEIRA e outros, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 11/12/2017.

Superior Tribunal de Justiça

Concluso ao gabinete em: 24/08/2018.

Ação: cobrança, em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por CONSTRUTORA BAQUIT LTDA e face dos agravantes.

Sentença: julgou extinta a execução.

Acórdão: deu provimento à apelação interposta pela recorrida para anular a sentença e determinar o regular prosseguimento do processo.

Embargos de declaração: opostos pelos recorrentes, foram rejeitados.

Recurso especial: Alegam violação dos arts. 475-J, § 1º e 580 do CPC; e 206, §3º, IV, V e VI do CC/02. Sustentam a imprescindibilidade do efetivo ato de penhora para se viabilizar à parte executada o seu direito de impugnação ao cumprimento de sentença. Aduzem, ainda, que se operou a prescrição intercorrente da pretensão executória.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca de suposta violação dos arts. 475-J, § 1º e 580 do CPC; e 206, §3º, IV, V, VI do CC/02, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível.

Aplica-se, nesse caso, a Súmula 211/STJ.

- Da fundamentação deficiente

Os argumentos invocados pelos recorrentes não demonstram como o acórdão recorrido teria violado o art. 580 do CPC. A deficiência na fundamentação impede a perfeita compreensão da controvérsia, o que enseja o não conhecimento do recurso, nos termos da Súmula 284, do STF.

- Da existência de fundamento não impugnado

A parte recorrente não impugnou o fundamento utilizado pelo

Superior Tribunal de Justiça

TJ/CE para afastar a pretensão recursal, qual seja, a ausência de penhora não é hipótese em que se considera nula a execução, tampouco causa de extinção da execução. Como tais fundamentos não foram impugnados, deve-se manter o acórdão recorrido.

Aplica-se, neste caso, a Súmula 283/STF.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Alerto que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1021, §4º e 1026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora